

8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

20.04.2016

Ponto 2.1 - Intervenção VRF

Prestação de Contas do Município de Odivelas – ano 2015

Dos dados revelados na prestação de contas apresentados para análise e deliberação da Câmara Municipal, relativos ao exercício de 2015, há desde logo a destacar o valor de 85 987 184 euros do montante global do orçamento, após as sucessivas alterações operadas ao longo do ano.

Ao nível da receita, verifica-se uma execução de 81,3%

Do total da receita arrecadada destaca-se o peso da receita corrente, onde foram arrecadados cerca de 64 351 047 euros, na prática cerca de 103,7% da receita corrente que era previsível arrecadar.

Primeira conclusão: a câmara recebeu mais do que previa, nomeadamente em IMI (quase um milhão a mais), e IMT (quase dois milhões e meio a mais)

A que se deve este aumento das receitas nestas duas rubricas??

O resultado apresentado ao nível do IMI, quando comparado com a projeção feita, revela que teria sido possível rever em baixa as taxas aplicadas para os prédios urbanos, tal como a CDU tinha proposto.

Naturalmente que verificamos também uma variação negativa noutros impostos como o IUC, mas num valor pouco expressivo.

O peso da receita dos impostos diretos continua a ser significativo, situando-se no 45,9% do total das receitas correntes. Através deles a CM arrecadou 29 578 075 euros, numa taxa de execução de 108%

Em relação aos impostos indiretos verificamos uma execução global superior a 211% só na TMDP, acabando a CM por arrecadar cerca de 87 501 euros. A execução global neste tipo de impostos

Ainda Sobre a TMDP, e considerando o seu valor residual, contínuamos a defender que o município prescindia desta taxa que é, na nossa opinião, injustamente imputada aos consumidores. Aqui, exige-se uma ação firme junto do governo para que altere esta lei e que possam ser os operadores a paga-la. Aliás, a AMO já por diversas vezes tomou posição sobre esta matéria.

Também em relação a taxas multas e outras penalidades foi arrecadado mais que o previsto, assim como os rendimentos da propriedade, com um grau de execução de 109,6%

Em contrapartida as receitas de capital continuam a ter uma execução pouco expressiva. Bem sabemos que tal resulta em muito do facto de a CM continuar a orçamentar a receita relativa ao ressarcimento devido a esta Câmara pela instalação do concelho.

Aproveitamos para perguntar em que fase se encontra o processo? Para quando se perspetiva decisão do tribunal?

Porém, não podemos deixar de questionar a reduzida execução ao nível dos projetos cofinanciados (8 765 euros de 27 854 orçamentados)

A que se deve tão baixa execução?? Incapacidade da câmara em realizar os projetos ou suspensão dos apoios alvo de candidaturas aceites? Ou ainda, candidaturas que não foram aceites??

Gostaríamos ainda de saber a explicação da variação da receita prevista ao nível dos SIMAR (74 600 para 108 775)???

Ao nível de outras receitas destacamos:

117% na Malaposta

106% nas piscinas e 136% no parque de estacionamento (só o da Egas Moniz???)

Em contrapartida apenas 51% no pavilhão multiusos (menos 140833 euros que previsto)

Despesa

A execução orçamental da despesa situa-se nos 73,4%, 63 114 142€

Destacamos a baixa execução das despesas de capital (45,57%), quando comparadas com as correntes (84,15%)

Sobre os investimentos financeiros e os capitais próprios em sociedades participadas, não podemos deixar de registar, que quanto à Odivelas Viva nada é referido quanto ao seu processo de extinção e internalização dos serviços. O mesmo digo em relação à negociação com a banca e que poderia levar a uma significativa redução de custos para a autarquia

Divida de terceiros **total é de 1 429 626**

DGESTE 11 281,65 (obras na António Gedeão??)

Projetos comparticipados 372 411 (que projetos?? a que se deve a divida)

Dividas a terceiros de curto prazo 9 562 382

Gostaríamos que nos explicassem o montante que aumentou relativo às faturas em receção e conferencia 2 553 211€

Odivelas 20 de Abril de 2016

Os Vereadores da CDU